



Câmara Municipal de Gravatá
21/01/2026
Mônica Alves
Funcionário

Câmara Municipal de Gravatá/PE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2026

"Rejeita as Mensagens de Veto nº 013/2025, nº 014/2025, nº 015/2025 e nº 016/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, apostas às Emendas nº 01 (Supressiva) e nº 02, nº 03, nº 04 e nº 05 (Modificativas) ao Projeto de Lei nº 012/2025, convertido na Lei Municipal nº 4.003/2025, e determina a reintegração expressa de seus dispositivos ao texto legal."

Os Vereadores Membros da Comissão Permanente de Legislação e Justiça, também intitulada Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Vereadores de Gravatá (PE), no uso das atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas, apresentam, ao mesmo tempo em que o Plenário aprova e o Presidente promulga, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam **REJEITADAS** as Mensagens de Veto nº **013/2025**, nº **014/2025**, nº **015/2025** e nº **016/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, apostas às Emendas nº **01 (Supressiva)** e nº **02**, nº **03**, nº **04** e nº **05 (Modificativas)** ao Projeto de Lei nº **012/2025**, posteriormente convertido na Lei Municipal nº **4.003/2025**, por se entender que as referidas emendas são constitucionais, legais, juridicamente adequadas e compatíveis com o interesse público, conforme razões fáticas e jurídicas constantes do Parecer da Comissão Permanente de Legislação e Justiça.

Art. 2º. Em decorrência da rejeição dos vetos de que trata o artigo anterior, ficam expressamente reintegrados ao texto da Lei Municipal nº **4.003/2025** os dispositivos constantes das Emendas nº **01** a nº **05**, com a seguinte redação:

Suprima-se os incisos II, III e IV do art. 8º da Lei Municipal nº **4.003/2025**.

Ao **art. 10, caput**, da Lei Municipal nº **4.003/2025**, onde se lê:

"Art. 10. A seleção dos beneficiários dos empreendimentos será feita pela **ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS SEM TETO DA REGIÃO NORDESTE (AAST)**, em conjunto com o Poder Público Municipal, através da Secretaria de Assistência Social e Juventude, estabelecendo como preferência (...)"

Leia-se:

"Art. 10. A seleção dos beneficiários dos empreendimentos será feita pela **ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS SEM TETO DA REGIÃO NORDESTE (AAST)**, estabelecendo como preferência a implantação (...)"

Ao **artigo 10, inciso IV**, da Lei Municipal nº **4.003/2025**, onde se lê:



Câmara Municipal de Gravatá/PE

“IV – Atendimento às famílias que residam no Município de Gravatá e que realizem seu cadastro legal através da Secretaria de Assistência Social e Juventude em conjunto com a **ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS SEM TETO DA REGIÃO NORDESTE (AAST).**”

Leia-se:

“IV – Atendimento às famílias que residam no Município de Gravatá e que estejam com cadastro ativo e atualizado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – **CadÚnico**, através da **Secretaria Municipal de Assistência Social.**”

Ao **artigo 11**, da Lei Municipal nº **4.003/2025**, **onde se lê:**

“**Art. 11.** (...) deverá adotar como referência parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor do Município de Gravatá, podendo ser flexibilizado em casos específicos com a anuência da Secretaria de Controle Urbano.”

Leia-se:

“**Art. 11.** Todo empreendimento habitacional popular do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades deverá adotar como referência e seguir todos os parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor do Município de Gravatá.”

Ao **art. 12**, da Lei Municipal nº **4.003/2025**, **onde se lê:**

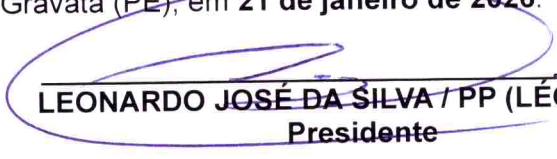
“**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a participar, total ou parcialmente, com medidas mitigadoras de impacto que sejam indispensáveis para a viabilização dos empreendimentos estabelecidos no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.”

Leia-se:

“**Art. 12.** O Poder Executivo somente poderá participar, total ou parcialmente, com medidas mitigadoras de impacto indispensáveis à viabilização dos empreendimentos estabelecidos no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, mediante prévia autorização da Câmara Municipal de Vereadores.”

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal nº **4.003/2025** que não foram objeto das Mensagens de Veto ora rejeitadas.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Casa Elias Torres, Gravatá (PE), em **21 de janeiro de 2026**.



LEONARDO JOSÉ DA SILVA / PP (LÉO DO AR)
Presidente



Câmara Municipal de Gravatá/PE


MARIA JOSÉ VILAR PONTES / REPUBLICANOS (MARIA VILAR)

Vice-Presidente


ELKSON GABRIEL PONTES PEREIRA / PSB (BEL DE NELSON BARBUDO)
2º Vice-Presidente


SILMARA CRISTIANE DA SILVA CARVALHO / PSDB (SILMARA ENFERMEIRA)
1ª Secretária


TADEU ORLANDO DO NASCIMENTO SANTOS / AVANTE (TADEUZINHO)
2º Secretário